

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS EFEITOS JURÍDICOS DO RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE.



BITTENCOURT, G.¹; LAMEIRA, G.¹; MENA, M.¹; SILVEIRA, A.¹; TELLES, P.¹.

*paolatellesdeoliveira@gmail.com

CENTENO, N.²; GRIEBELER, A.²; KOPPER, Q.²; PERBONI, V.²; VERDI, R.².

¹Discentes do Curso de Direito Bacharelado, Nível 1 2020/1 – Faculdade IDEAU – Bagé/RS.

²Doscentes do Curso de Direito Bacharelado, Nível 1 2020/1 – Faculdade IDEAU – Bagé/RS.



MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
Mostra de Criação e Inovação

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema está direcionado a partir de uma ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos, onde foi realizada a análise dos impactos decorrentes do reconhecimento da paternidade, elencando-se todos os elementos e as peculiaridades do caso concreto.

No caso analisado o requerido recusava-se a reconhecer o filho biológico, não restando alternativa à requerente, senão recorrer à via judicial, a qual passa a exercer um papel essencial para a atribuição da paternidade.

Com as considerações trazidas ao longo do trabalho, pretende-se buscar um entendimento acerca dos elementos constantes no processo de investigação de paternidade, tendo como base o aporte teórico e o desenvolvimento judicial sobre o caso.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento adequado de uma pesquisa científica, é necessário planejamento cuidadoso e investigação de acordo com as normas da metodologia científica, tanto aquela referente à forma quanto a que se refere ao conteúdo. (OLIVEIRA, 2002, p. 62).

Nesse sentido, foram utilizadas as pesquisas qualitativas e descritivas, visando observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procurando descobrir, com a precisão possível, como ocorre a investigação de paternidade, sua relação e cumulação com outros fatos jurídicos, bem como suas características.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A probabilidade do investigado ser o pai biológico do menor é de 99.9999999871%, conforme exame genético realizado, assim sendo confirmada a paternidade e posteriormente a solicitação de inclusão do sobrenome de seu genitor, na certidão de Registro Civil.

Além disso, os alimentos foram fixados em 40% do salário mínimo nacional, devidos desde a citação do genitor do menor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que é através do exame de DNA, nas ações de investigação de paternidade, que é possível afirmar a paternidade e que já no ingresso da ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos provisórios, a fixação da prestação alimentícia, de forma a caracterizar uma medida tipicamente antecipatória.

Além disso, aprontou-se que terá o filho o direito de inclusão do sobrenome do genitor caso seja de seu desejo, ou de seu representante legal.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil : responsabilidade civil – direito de família – direito das sucessões – v. 3 coord. Pedro Lenza.** 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

DE OLIVEIRA, FLÁVIO LUÍS. **A Antecipação da Tutela dos Alimentos Provisórios e Provisionais Cumulados à Ação de Investigação de Paternidade.** Orientador: Prof. Luiz Guilherme Marinoni. 1999. 188 p. Dissertação (Pós-Graduação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/75277/D%20-%20D%20-%20FLAVIO%20LUIS%20DE%20OLIVEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 ago. 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Família e Sucessões.** São Paulo: Atlas, 22ªed, 2022.